



## EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: O ENSINO REMOTO E O AQUILOMBAMENTO EM TEMPO DE PANDEMIA EM ESCOLAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

Felício Alves de Azeredo<sup>1</sup>  
Edimilson Antônio Mota<sup>2</sup>

### RESUMO

A covid-19, doença de fácil contágio, trouxe novos desafios para a educação e para o ensino. O presente trabalho buscou compreender os desafios enfrentados no ano de 2020, no Colégio Estadual Dr. César Tinoco e nas escolas municipais Fazenda Aleluia e Salvador Benzi, localizados nas imediações dos quilombos do ABC (Aleluia, Batatal, Cambucá), no distrito de Morangaba na zona rural de Campos dos Goytacazes/RJ. Especificamente, buscou-se entender o cenário da educação no município durante o período de pandemia, bem como analisar as orientações estabelecidas pelo MEC, estados e municípios neste momento e compreender o acompanhamento que cada unidade escolar realizou no que diz respeito ao acesso aos conteúdos, ensino, material pedagógico e merenda escolar. Somando-se a população adjacente aos quilombos do distrito de Morangaba, chega-se ao total de quinhentas famílias. A realidade da desigualdade social impera sobre os três quilombos, como em grande parte dos quilombos brasileiros. No momento de pandemia em que o mundo se encontra é importante que se atente para as populações que mais sofrem com os danos desse vírus. Os resultados apontam que nos quilombos ABC há problemas quanto a transporte público, acesso à internet e acesso à educação remota.

**Palavras-chave:** Educação remota, Quilombos do ABC, Desafios.

### ABSTRACT

Covid-19, an easily contagious disease, brought new challenges to education and teaching. The present work sought to understand the challenges faced in 2020, at Colégio Estadual Dr. César Tinoco and at municipal schools Fazenda Aleluia and Salvador Benzi, acquiring classes in the ABC quilombos (Aleluia, Batatal, Cambucá), in the district of Morangaba the rural area of Campos dos Goytacazes / RJ. Specifically, we sought to understand the education scenario in the municipality during the pandemic period, as well as evaluate the guidelines defined by the MEC, states and municipalities at this time and understand the monitoring that each school unit carried out with regard to access to content, teaching, teaching material and school lunches. Adding up the population adjacent to the quilombos in the district of Morangaba, the total is five hundred families. The reality of social inequality prevails over the three quilombos, as in most Brazilian quilombos. At the moment of pandemic in which the world finds itself, it is important to pay attention to the populations that provide the most with the damage caused by this virus. The results show that in the ABC quilombos there are problems with public transport, internet access and access to remote education.

**keywords:** Remote education, Quilombos do ABC, Challenge.

<sup>1</sup>Pós-Graduando do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense- RJ, felicioalves@id.uff.br

<sup>2</sup>Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- RJ, uffmota@gmail.com



## INTRODUÇÃO

No dia 17 de março de 2020 foi aprovado no estado do Rio de Janeiro o fechamento de lojas, estabelecimentos comerciais e shoppings, dando início ao período de isolamento, como medida de prevenção à Covid-19, que se estendeu até os últimos dias do ano. Mesmo com as medidas de isolamento social em vigor, muitos trabalhadores tiveram que continuar a exercer suas atividades, em prol de levar o sustento para seus filhos; para que, enquanto isto, estes estivessem em casa realizando suas atividades escolares de modo remoto enquanto os pais trabalhavam.

O isolamento social afetou todas as instituições escolares, já que a doença é de fácil contágio, o que ocasionou a suspensão das aulas presenciais. O MEC, órgão responsável por todas as questões relacionadas à educação no Brasil, com o objetivo de dar continuidade ao ano letivo, estabeleceu a portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que substituiu as aulas presenciais por aulas remotas. Conselhos estaduais e municipais de educação emitiram pareceres e resoluções orientando as instituições a respeito do ensino remoto nas escolas (MEC, 2020).

A hipótese norteadora da pesquisa sinaliza que, apesar das normativas que possibilitaram o ensino à distância nesse momento de pandemia para a Educação Básica, em escolas públicas dificilmente esta modalidade foi eficaz, seguindo um caminho contrário às resoluções e/ou pareceres que garantiam o uso de atividades não presenciais. Ao que parece, apesar dos aparatos legais que permitiam tais atividades remotas na Educação Básica, devido à falta de infraestrutura, de acesso à internet e à escassez de recursos tecnológicos nas instituições públicas, dificilmente escolas estaduais e municipais acompanharam o ano letivo de forma remota. Sendo assim, conhecer a realidade das instituições públicas trará indicadores que possibilitem analisar o ensino público nos anos de pandemia.

Diante do contexto pandêmico exposto, o presente trabalho buscou compreender os desafios enfrentados no ano de 2020, no Colégio Estadual Dr. César Tinoco e nas escolas municipais Fazenda Aleluia e Salvador Benzi, localizados nas imediações dos quilombos do ABC (Aleluia, Batatal, Cambucá), no distrito de Morangaba na zona rural de Campos dos Goytacazes. Especificamente, buscou-se entender o cenário da educação no município durante o período de pandemia, bem como analisar as orientações estabelecidas pelo MEC, estados e municípios neste momento e compreender o acompanhamento que cada unidade escolar realizou no que diz respeito ao acesso aos conteúdos, ensino, material pedagógico e merenda escolar.



Para alcançar os objetivos da pesquisa qualitativa foi realizada uma pesquisa bibliográfica em sites como o Scientific Electronic Library Online e o Google Scholar, em busca de artigos e trabalhos acadêmicos que abordam as dificuldades de ensino enfrentadas pela rede pública de ensino em tempos remotos. Foi realizada também uma pesquisa documental, por meio dos sites do Planalto e do Ministério da Educação (MEC), a respeito das políticas públicas educacionais, no intuito de realizar uma análise acerca dos pareceres, decretos e leis que garantiram a educação remota para a Educação Básica, bem como entender os desafios enfrentados pela população negra nesse momento.

## **EDUCAÇÃO REMOTA EM TEMPO DE PANDEMIA**

O ano de 2020 foi um ano com diversos percalços para a educação brasileira, uma vez que gestores escolares, professores e alunos tiveram de lidar com um cotidiano diferente. A pandemia de Covid-19 enfrentada pela humanidade acarretou uma nova logística para o ensino.

As salas de aula foram substituídas por salas virtuais, alunos se depararam com uma realidade jamais esperada, professores se reinventaram e passaram a viver entre lives e videoaulas. As aulas na educação brasileira, em decorrência da disseminação do novo coronavírus, tiveram que ser modificadas, segundo o MEC:

No dia 17 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, o Ministério da Educação (MEC) se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19, para instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino. Posteriormente, tal Portaria recebeu ajustes e acréscimos por meio das Portarias nos 345 e 356/2020. (MEC, 2020, p. 1).

Desde então, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação emitiram “resoluções e/ou pareceres orientativos para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e uso de atividades não presenciais” (MEC, 2020, p. 1)”.

A Medida Provisória nº 934/2020, por sua vez, que foi convertida na lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, flexibilizou “excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar” (MEC, 2020, p. 3)”. Vale destacar



que a Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 23, afirma que o calendário escolar deve se adequar às peculiaridades de cada contexto.

A partir desses mecanismos legais, as instituições escolares de todo o território nacional passaram a planejar os meios e recursos tecnológicos para viabilizar a educação a distância. Neste momento tão desafiador foi possível percebermos ainda mais a importância da tecnologia, bem como a necessidade de ter acesso e saber manusear as tecnologias disponíveis (tanto os alunos quanto os professores).

No dia 16 de março de 2020, o governador do Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 46.973, reconheceu emergência na saúde pública. Em 20 de março, por intermédio do Decreto nº 46.984, é declarado estado de calamidade pública também no estado do Rio de Janeiro.

A partir desse momento começaram os planejamentos para que o ensino ocorresse remotamente, a fim de que o ano escolar não se perdesse, com diferenças entre as ações das instituições privadas, que em sua maioria agiram “no tempo do mercado”, com soluções que se arriscam rápidas demais para o tempo da reflexão, e as instituições públicas, que agiram de forma possivelmente refletida demais para o tempo da necessidade. Este momento é inédito, pois, tanto na educação básica quanto no ensino superior, o ensino remoto é a oferta possível.

Foi sugerida pelo secretário de educação a antecipação do recesso escolar de julho para março, começando a partir de 16 de março de 2020. A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) do Rio de Janeiro, nesse mesmo mês, fecha uma parceria com a empresa Google, na qual fica estabelecido que a plataforma de ensino online Google Classroom seria utilizada nas escolas estaduais, liberando login e senha para alunos e professores, bem com vídeos explicando a utilização da plataforma. A SEEDUC também liberou a entrega de kits alimentícios para os alunos e a distribuição de material impresso para os estudantes que têm dificuldade de acesso à internet.

Com relação às escolas municipais, ficou a cargo dos municípios estabelecerem como seria ofertado o ensino remoto nas unidades escolares. Em Campos dos Goytacazes, assim como em muitos municípios, foi decretado pelo prefeito o estado de calamidade pública no município em decorrência da pandemia do coronavírus, através do decreto 062/2020, de 18 de abril de 2020. A educação no município continuou suspensa, o que foi assegurado pelos decretos municipais nº38, de 25 de março de 2020, e 73, de 30 de abril de 2020, bem como os Pareceres CNE/CP nº 05, de 24 de abril de 2020, CNE/CP nº 09, de 08 de junho de 2020, e CNE/CP nº 11, de 07 de julho de 2020.

O ensino presencial continuou suspenso durante todo o ano de 2020. O Conselho Municipal de Educação (CME) aprovou a Portaria SMECE nº 23, de 02 de setembro de 2020,



enviada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE). Essa portaria prevê o retorno das aulas presenciais apenas em 2021, organizando o ensino municipal em dois ciclos, ambos a serem cumpridos remotamente. O primeiro deveria ser realizado no ano de 2020 e o segundo em 2021, concomitantemente com o ano letivo vigente.

O município não ofertou uma plataforma on-line para as atividades remotas das escolas municipais. Os alunos estão recebendo os materiais pedagógicos, elaborados pela SMECE ou pela escola, bem como vídeos educacionais exibidos diariamente na TV Câmara. O município ainda deixou a critério de a gestão escolar desenvolver materiais que sejam pertinentes. Por fim, o município passou a disponibilizar kits alimentares para os alunos.

## **DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E EDUCAÇÃO**

A tecnologia não surgiu para ocupar o espaço dos professores, mas sim para modificar algumas funções. Uma dessas funções é estimular a curiosidade dos alunos para conhecer e pesquisar mais e mais sobre temas e informações do cotidiano. Nesse contexto os computadores e os softwares educativos contribuem de forma positiva, estimulando os discentes através de suas próprias experiências, por intermédio de simulações multimídia.

Logo, pode-se perceber que a nova realidade do mundo atual, globalizado e informatizado se faz presente nas atividades desenvolvidas pela humanidade, e não é diferente no ambiente escolar. Segundo Villa (1998), os professores precisam estar sempre se aprimorando e se aperfeiçoando na sua área de estudo para que as técnicas alcancem seus objetivos na educação.

É premente utilizar aparatos tecnológicos na educação, principalmente os computadores, que para os novos docentes são vistos como uma questão de sobrevivência. A tecnologia possibilitou no momento pandêmico a continuidade da educação, os aparatos tecnológicos foram suportes entre alunos e professores, porém as instituições públicas tiveram mais dificuldades quanto ao acesso e manuseio dessas tecnologias.

No momento de pandemia em que o mundo se encontra, é importante que se atente para as populações que mais sofrem com os danos desse vírus. A pedagoga Nilma Lino Gomes (2020), ao analisar a questão histórica e a relação entre capitalismo, neoliberalismo e racismo, observa que:

[...] mesmo que tenhamos brancos, indígenas e outros segmentos étnicos raciais, entre os pobres, quando analisamos o fato de os negros e negras constituírem 56% da população brasileira e se localizarem majoritariamente em condições sub-humanas, desiguais e indignas de vida, ainda a letalidade atinge mais esses sujeitos do que outros em tempos de pandemia. (GOMES, 2020, p. 3).



Logo, pode-se constatar que a população negra sempre esteve mais vulnerável quanto às doenças no país, e nesse momento de pandemia não é diferente. Por ocupar postos de trabalho informais, e muitas vezes precários, a população negra, mesmo com todas as medidas de isolamento estabelecidas pelos órgãos públicos, continuou a trabalhar para levar o sustento a suas casas. A respeito desse assunto, Gomes (2020) afirma que:

Negros e negras estão entre o público mais exposto ao novo coronavírus devido a sua condição de pobreza, desemprego, de trabalho informal, de localização em regiões periféricas [...], de maior necessidade do uso dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). (GOMES, 2020, p. 4).

Por isso é importante que grupos e entidades relacionados à luta antirracista lutem por essa causa, apresentando para a sociedade o lugar em que está inserida a população negra do país, principalmente na situação de pandemia. E como afirma a filósofa Djamilia Ribeiro (2017), é preciso se incomodar com o racismo estrutural existente no país, ressaltando que o silêncio é cúmplice da violência. O advogado Silvio de Almeida ainda afirma que para mudar a sociedade não basta apenas repudiar o racismo ou denunciar uma prática racista, mas “depende, antes de tudo, da tomada de postura e adoção de práticas antirracistas” (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Romper com a cultura do silêncio racial é se incomodar com o que está estabelecido, estranhar o comum e se indagar por que há tão poucos negros nas esferas de poder, na medicina, no corpo docente das universidades, chefes ou gerentes de empresas, já que no Brasil mais da metade da população é negra. Outra forma que pode contribuir com o rompimento desse silêncio é trabalhar nas discussões escolares indicadores que mostram a situação da população negra, abordar questões como racismo recreativo e ressaltar a importância dessa população no processo da formação sociocultural do país.

Gomes (2020) defende que denunciar e alertar a sociedade a respeito da situação em que se encontra a população negra nesse momento de pandemia é lutar contra o coronavírus numa perspectiva antirracista. Gomes (2020) ainda acrescenta que “o movimento negro, nesse momento de crise, tem atuado na denúncia do racismo e da desigualdade racial em tempos de pandemia” (2020, p. 5). Uma forma de se incomodar com a estrutura vigente, em que impera o racismo, é procurar compreender os efeitos que a pandemia vem acarretando nas escolas públicas, onde estão situados grande parte dos alunos negros do país.

Nesse sentido, é importante entender os cenários que a pandemia trouxe para as comunidades quilombolas. Nos quilombos ABC há problemas quanto a transporte público,



acesso à internet e acesso à educação, pois há apenas uma única escola que oferta o Ensino Médio e muitos remanescentes acabam enfrentando diariamente os desafios para estudar na área central da cidade; e tais problemas se agravaram neste momento de pandemia. Pode-se dizer, então, que um verbo que se enquadra adequadamente no momento atual é aquilombar, isto é, criar mecanismos de contenção contra os efeitos trazidos pela pandemia sobre a população tradicional quilombola.

## **QUILOMBOS DO ABC**

O termo quilombo usado no Brasil em uma vertente jurídica mantida pelo Estado a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988, assegura a propriedade definitiva às comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, assim como, ancestralidade negra referente com o período escravocrata (BRASIL, 1988).

Os grupos afro-brasileiros fazem parte da formação cultural e estrutural do país, porém durante toda sua trajetória no Brasil o direito de cultivar a terra foi negado. No período de 1850 com a criação da Lei de Terras, o solo passa a ser visto como um produto, e ao analisar essa legislação, pode-se entender que um dos seus objetivos foi conter e proibir o cultivo das terras nos diversos quilombos que existiam no país.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2007) determinou que o território para as comunidades quilombolas é um elemento que permite aos grupos remanescentes dar continuidade à sua existência enquanto grupo étnico-racial, ou seja, é um instrumento que garante sua identidade.

As comunidades passaram a ter legalmente o direito de sua terra com a criação do decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), que estabeleceu todo procedimento para a posse das terras quilombolas. Fica determinado com a referida lei que ao INCRA cabe titular os territórios quilombolas, após a solicitação feita pela comunidade para iniciar o processo administrativo para a regularização do território (BRASIL, 2003).

É no território que se mantêm as danças, os costumes e as tradições quilombolas existentes no Brasil, por meio de grupos propagados por todo o país. Para manter a cultura, a comunidade conta com apoio de instituições interessadas em lutar pela causa étnico-racial e em garantir as práticas culturais, costumes e símbolos dos remanescentes, já que na maioria das vezes há um descaso do governo no que se refere à permissão do acesso legal às terras



desta população. Apesar do desapareço do Estado quanto a estas questões, as comunidades persistem e lutam para ter o direito à sua terra.

As comunidades quilombolas tratadas nessa pesquisa se encontram no distrito de Morangaba, 9º Distrito do município de Campos dos Goytacazes. O distrito abrange a região denominada de “região do Imbé”. Geograficamente, o Imbé está inserido entre a Lagoa de Cima e o Parque Estadual do Desengano (PED), ambas consideradas áreas de preservação ambiental. Nessa região que a se encontram as comunidades de Aleluia, Cambucá e Batatal.

Os três quilombos ABC receberam a carta de reconhecimento pela Fundação Palmares em 2012, e, hoje tem um total de trezentas famílias assentadas. Se somada com a população do distrito de Morangaba adjacente aos quilombos, chegamos ao total de quinhentas famílias.

O Distrito faz parte de um enclave de uma usina de açúcar desativada há dez anos. Sua população é predominantemente negra e pobre. Parte dela vive de auxílio do governo. O distrito está instalado na franja da encosta da cidade e se estende até os quilombos Aleluia, Batatal e Cambucá. A mesma realidade da desigualdade social impera sobre os três quilombos, a saber: Famílias de baixa renda, alto índice de desemprego, alta taxa de evasão escolar, uso de entorpecentes, violência doméstica, e falta de geração de renda.

Tendo em vista este quadro, a possibilidade da integração do negro na ordem competitiva fica cada vez mais distante. Para promover a sua equidade é preciso criar programa de ação afirmativa para esses territórios. Para isto, é fundamental garantir o acesso e a permanência à escola, da educação infantil ao ensino médio.

## **EDUCAÇÃO REMOTA NAS ESCOLAS DO ABC**

As aulas na educação brasileira, em decorrência da disseminação do novo coronavírus, tiveram que ser modificadas. Desde então, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação buscaram atender o ensino remoto dispondo dos recursos que os cabiam para garantir a continuidade do ano letivo. No distrito de Morangaba há escolas municipais e estaduais, como o Colégio Estadual Dr. Cesar Tinoco, que oferta os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como as escolas municipais Fazenda de Aleluia e Salvador Benzi Fazenda Opinião, que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os mecanismos legais que possibilitaram as atividades on-lines na Educação Básica foram de muita importância para a continuidade do ano letivo, porém, sabe-se que a presença dos aparatos tecnológicos em instituições públicas é pouco presente. Assim, pode-se entender que apesar dos aparatos legais que possibilitaram o ensino remoto durante a pandemia, poucas



instituições públicas conseguiram aderir meios tecnológicos que possibilitassem tais atividades remotas.

Escolas, alunos e professores tiveram que se adaptar a essa nova realidade. Os professores tiveram que aperfeiçoar suas habilidades com o mundo digital, e os alunos a enfrentar aos novos desafios e dificuldades impostos pelo ensino remoto. Nas palavras da professora Patrícia Alejandra Behar (2020):

Foi preciso pensar em atividades pedagógicas mediadas pelo uso da internet, pontuais e aplicadas em função das restrições impostas pela Covid-19 para minimizar os impactos na aprendizagem advindos do ensino presencial. O da maior parte das instituições educacionais não foi criado para ser aplicado remotamente (BEHAR, 2020, p. 5).

Os resultados sinalizam que houve uma diferença entre os meios disponibilizados pelas esferas públicas, pois o Colégio Estadual Dr. Cesar Tinoco ofertou o Google Classroom para que ocorressem as aulas remotas, enquanto as escolas municipais supracitadas tiveram que dar continuidade ao ano letivo através do WhatsApp, já que o município não disponibilizou uma plataforma.

Diante dos levantamentos realizados, constata-se que os problemas estruturais enfrentados pelas escolas municipais de Campos dos Goytacazes são ainda mais complexos do que os enfrentados pelas escolas estaduais. Porém, ambas as esferas lidam com alguns problemas semelhantes, referentes ao acesso à internet e com a distribuição das materiais pedagógicos e kits alimentícios, que são dificultados pelo acesso as comunidades e escassez dos ônibus que circulam no distrito e, principalmente, dos que chegam aos quilombos. Pode-se também observar que as administrações municipais e estaduais, no início e durante a pandemia, afetaram diretamente a realidade escolar.

Deve-se destacar também um grande problema que afeta diretamente os alunos de tais escolas, que é a questão do acesso à internet, mencionado anteriormente. Na região há poucas empresas que fornecem tais serviços e as que existem cobram um valor que é duas ou três vezes acima da média normal. Sendo assim, é importante entender a realidade desses alunos, que no geral não possuem capital para adquirir tais serviços.

Pesquisas mostram que, nas classes D e E, 59% não conseguem navegar na rede e “entre a população cuja renda familiar é inferior a um salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular” (TENENTE, 2020). Assim, pode-se notar que os alunos dos quilombos ABC sofrem diretamente com a dificuldade de acesso à internet e, por consequência, com a dificuldade de acesso ao ensino durante a pandemia. Percebe-se



então que se intensificaram as dificuldades enfrentadas pela população negra nesse momento de pandemia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pública no Brasil enfrentou problemas que dificultaram o ensino remoto no período de pandemia, como a falta de infraestrutura das escolas, precariedade nos materiais para execução das aulas *onlines* e dos diversos problemas relacionados a gestão escolar. Pode-se também alertar que outro fato que bastante contribuiu para tais atribuições foram os contratemplos administrativos nas secretarias municipais e estaduais de educação, no início e durante a pandemia, contribuindo para um atraso para a continuidade do ano letivo de no formato remoto.

Diante dos levantamentos realizados, constata-se que os problemas estruturais enfrentados pelas escolas municipais Fazenda de Aleluia e Salvador Benzi Fazenda Opinião, foram mais complexos, já que não foi ofertada uma plataforma para os docentes darem suas aulas. Uma realidade diferente do Colégio Estadual Dr. Cesar Tinoco.

Estas constatações demonstram as disparidades vivenciadas pelos discentes de Campos dos Goytacazes na rede pública de ensino, que sofrem quanto às questões relacionadas ao acesso ao ensino remoto e o acesso aos kits (alimentares e didáticos) ofertados pelas escolas, já que não há um calendário estabelecido para a oferta desses kits.

Apesar de tais dificuldades, há ainda uma pressão externa para o retorno das aulas presenciais, mesmo com o país registrando picos de novos casos e inúmeros óbitos diariamente.

Por meio das pesquisas e levantamentos para a realização deste trabalho, percebeu-se que os desafios enfrentados são diversos, as dificuldades são muitas, mas, mesmo com todos esses percalços, as instituições tentam levar os conteúdos para os estudantes e dar continuidade ao ano letivo.



## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BEHAR, P. A. (org.). **Recomendação pedagógica em educação a distância**. Porto Alegre: Penso, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da covid-19**. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei n o 14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n o 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei n o 11.947, de 16 de junho de 2009**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm)>. Acesso em: 05 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. A lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 05 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto N o 6.261, de 20 de novembro de 2007. **Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6261.htm)>. Acesso em: 05 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto N o 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 05 jul. 2021.

GASPARETTI, Marco. **Computador na educação: guia para ensino com novas tecnologias**. São Paulo: Esfera, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial e o novo coronavírus no Brasil**. 2020. Disponível em: . Acesso em: 05 jun. 2021.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

**GEOGRAFIA**

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala.** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

TENENTE, Luiza. **Sem internet, merenda e lugar para estudar: veja obstáculos do ensino à distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19.** 2020. Disponível em: . Acesso em: 14 jun.2021.

VILLA, F. G. **A crise do professor: uma análise crítica.** Campinas: Papiros, 1998.